

Bancos querem aval para US\$ 500 milhões

Quarta-feira, 23 de março de 1988

Telefoto AP

BETH CATALDO
Enviada Especial

CARACAS — A concessão de garantias do Banco Mundial (BIRD) para uma parcela de US\$ 300 milhões a US\$ 500 milhões, dos novos créditos que estão sendo negociados pelo Brasil com os bancos credores — uma exigência do Comitê dos Bancos — começou a ser discutida oficialmente ontem pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, com a direção do BIRD. Em seu último compromisso em Caracas, antes de embarcar de volta ao Brasil, o Ministro reuniu-se durante uma hora com o Vice-Presidente do Banco Mundial, Sahaid Hussain, e com o Diretor da instituição para a América Latina, Armeane Choksi, para discutir o assunto.

Os dirigentes do Bird não adiantaram sua posição sobre a solicitação do aval feita pelo Brasil, mas demonstraram flexibilidade em examinar o assunto. Segundo avaliação do Secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, também presente ao encontro com a Direção do BIRD, houve resultados positivos nessa primeira discussão. O próprio Sérgio Amaral, juntamente com o Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, se encarregará de continuar a negociar com o Banco Mundial, a partir da próximas semanas, nos Estados Unidos.

Na reunião de ontem, foram abordados também todos os programas em negociação junto ao BIRD, que são os projetos de reformas bancária e tarifária e para os setores agrícola e elétrico. Os financiamentos para



Ministro Mailson da Nóbrega

esses programas podem ser associados a uma parcela do dinheiro novo, em negociação com os bancos privados, um mecanismo conhecido como financiamento paralelo, já adotado no acordo do México com seus credores privados. Esse é outro dos pontos, segundo informou ontem o Ministro da Fazenda, que se encontra em discussão para o fechamento do acordo de médio prazo com os bancos.

Ontem mesmo o Coordenador do Comitê dos Bancos Credores, William Rhodes, solicitou uma nova reunião com os negociadores brasileiros, o que foi considerado pelo Governo do Brasil como uma demonstração do interesse dos credores em concluir rapidamente essas negociações.